



DATA DA REUNIÃO: DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

PRESIDIU: O SENHOR VICE-PRESIDENTE, LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE ATÉ AO ITEM 10.A, INCLUSIVE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS.-----



[Handwritten signature] 13

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, DIANA PAULA FERREIRA SALGADO.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 65.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Vice - Presidente deu conhecimento dos despachos a seguir referidos, proferidos pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo de competência delegada pela Câmara Municipal:-----

— Despacho de dezoito do corrente mês de Maio, que aprovou a 5ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, que consistiu na 5ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes cinco folhas;-----

- Despacho de dezanove do corrente mês de Maio, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Beneficiação do Edifício Escolar de Cabanas – Monte Córdova”, no montante de 39.455,55 € (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos) e ratificou a decisão de supressão de trabalhos incluídos no contrato inicial no valor de 12.736,55 € (doze mil setecentos e trinta e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos)

Compensado o valor dos trabalhos a mais com os trabalhos a menos, o custo adicional da referida empreitada foi de 26.719,00 € (vinte e seis mil setecentos e dezanove euros).-----

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Construbracara – Construções Lda. pelo preço inicial de 240.625,79 €, por despacho do Presidente da Câmara de dezassete de Novembro de dois mil e oito, do qual a câmara municipal tomou conhecimento em reunião de vinte e três de Dezembro do mesmo ano.-----

b) Pelos Senhores edis eleitos, inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a declaração constante de folhas oito e nove da presente acta.-----

DESPACHO

3



5º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2010

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 5ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010, com reforço de verbas no montante de 211.000,00 € (duzentos e onze mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de despesas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 4 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 18 de Maio de 2010

O Presidente,

Castro Fernandes



SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
IFQC

Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Atendimento
Geral e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Computação

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

4

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2010

MODIFICAÇÃO N.º 5

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DESPESA N.º 5

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS N.º5

Maio 2010

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2010 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 5		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.600.000,00		100.000,00
02	06020305		Outras	205.039,83	100.000,00	
02	07010305		Escolas	8.816.140,97		18.000,00
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.626.704,54	43.000,00	
02	070115		Outros investimentos	1.159.648,65		25.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					143.000,00	143.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 5		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305	2002 I 31	AMPLIAÇÃO ESCOLA SEQUEIRO 1, CONSTRUÇÃO CANTINA E	1.107.759,35		18.000,00
02	070115	2008 I 56	EXTENSÃO SAÚDE CALDAS SAÚDE	684.484,40		25.000,00
02	07010401	2009 I 25	PLANO MOBILIDADE SUSTENTÁVEL P/ CIDADE SANTO TIRSO	21.582,96	68.000,00	
	07010401	2009 I 46	PLANO MOBILIDADE SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO SANT	25.100,00		25.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					68.000,00	68.000,00
Total Geral :					211.000,00	211.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA					Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 5	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 5	DO ANO CONTABILISTICO DE 2010	DATA DE APROVAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS				DESPESA			
				DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02		CÂMARA MUNICIPAL	22.407.533,99	143.000,00	143.000,00	22.407.533,99	
	05	Subsidios	3.600.000,00		100.000,00	3.500.000,00	
	0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	3.600.000,00		100.000,00	3.500.000,00	
	050101	Públicas	3.600.000,00		100.000,00	3.500.000,00	
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.600.000,00		100.000,00	3.500.000,00	
	06	Outras despesas correntes	205.039,83	100.000,00		305.039,83	
	0602	Diversas	205.039,83	100.000,00		305.039,83	
	060203	Outras	205.039,83	100.000,00		305.039,83	
	06020305	Outras	205.039,83	100.000,00		305.039,83	
	07	Aquisição bens capital	18.602.494,16	43.000,00	43.000,00	18.602.494,16	
	0701	Investimentos	18.602.494,16	43.000,00	43.000,00	18.602.494,16	
	070103	Edifícios	8.816.140,97		18.000,00	8.798.140,97	
	07010305	Escolas	8.816.140,97		18.000,00	8.798.140,97	
	070104	Construções diversas	8.626.704,54	43.000,00		8.669.704,54	
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	8.626.704,54	43.000,00		8.669.704,54	
	070115	Outros investimentos	1.159.648,65		25.000,00	1.134.648,65	
TOTAL ...			22.407.533,99	143.000,00	143.000,00	22.407.533,99	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				100.000,00	100.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				43.000,00	43.000,00		

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

O Presidente da Câmara, _____

Os Vereadores: _____

ENTIDADE

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 5 DO ANO CONTABILÍSTICO 2010

DATA DE APROVAÇÃO

7

12

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR		MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUINTE				DOTAÇÃO SEQUINTE			
						ANO EM CURSO / FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	2011	2012	2013	SEQUINTE	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
2.		Funções sociais																
2.1.		Educação																
2.1.1.		Ensino não superior																
2.1.1.1.	31	AMPLIAÇÃO ESCOLA SEQUEIRO 1, CONSTRUÇÃO CANTINA E POLIVALENTE-SEQUEIRO	DPE/DCM	02	07010305	57.794,20	1.107.759,35	1.107.759,35		10.000,00						1.009.759,35		1.009.759,35
2.2.		Saúde																
2.2.1.		Serviços individuais de saúde																
2.2.1.1.	05	EXTENSÃO SAÚDE CALDAS SAÚDE	DPE/DCM	02	070115	80.028,00	604.484,40	604.484,40		25.000,00		25.000,00				659.484,40		659.484,40
2.4.		Habituação e serviços colectivos																
2.4.2.		Ordenamento do território																
2.4.2.1.	14	PLANO MOBILIDADE SUSTENTÁVEL P/ CIDADE SANTO TIRESO	DPE/DCM	02	07010401		21.582,96	21.582,96	60.000,00		-60.000,00					89.582,96		89.582,96
2.4.2.2.	19	PLANO MOBILIDADE SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO SANTO TIRESO	DPE/DCM	02	07010401		25.100,00	25.100,00		25.000,00		25.000,00				100,00		100,00
TOTAL ...						137.824,20	1.838.926,71	1.838.926,71	60.000,00	60.000,00		-10.000,00				1.838.926,71		1.838.926,71

O PRESIDENTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

11/2
8
13

(Cultrini)
13

Reunião de Câmara (Ordinária)
02 de Junho de 2010

Período de Antes da Ordem do Dia

As questões da segurança em geral assumem na sociedade actual motivo de reflexão e preocupação. A consciência de vulnerabilidades diversas na área da segurança, nomeadamente no que às pessoas respeita, tem obrigado os legisladores a produziram leis que regulam, regulamentam e acautelam estas matérias.

Têm merecido especial atenção as questões de segurança, nomeadamente, quanto estão em causa crianças.

No espírito da legislação produzida sobre esta temática está um claro apelo a medidas proactivas de prevenção, dando expressão a uma máxima popular "*mais vale prevenir do que remediar*". Não poderíamos estar mais de acordo. Nas sociedades mais desenvolvidas, e por consequência mais exigentes, a reacção tem vindo a dar lugar à prevenção.

Aliás, tem sido esse o discurso do Senhor Presidente.

Temos por isso ^{que} dar expressão a essa preocupação que emana dos seus discursos e dedicar especial atenção às questões de segurança, nomeadamente, no que aos transportes escolares se refere.

Na verdade, temos conhecimento que nem tudo está bem com o transporte das nossas crianças.

A título de exemplo, podemos referir uma situação altamente preocupante no transporte, da escola para a residência, dos alunos que frequentam a Escola EB 2/3 de Agrela, nomeadamente às quartas-feiras, a seguir ao almoço, altura que o número de lugares sentados disponíveis nos autocarros contratados para o transporte é claramente inferior ao número de alunos, obrigando-os a ter que fazer a viagem em pé.

Situação tanto mais grave, porquanto no mesmo autocarro ^{viajam} crianças com 10 e outras com 14/15 anos.

Esta situação atenta contra a integridade física dos alunos, quer dos que viajam de pé, quer mesmo dos que estão sentados.

Estamos perante uma situação que viola as mais elementares regras de segurança e que contraria a legislação actual.

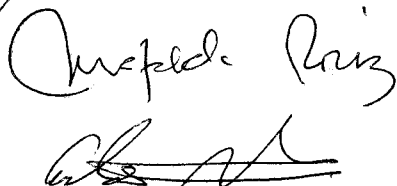
Na verdade, a Lei nº 13/2006 de 17 de Abril, refere claramente que a cada criança corresponde um lugar sentado no automóvel, não podendo a lotação do mesmo ser excedida (nº 1 do artº 10º).

Ora, além da violação reiterada da Lei nº 13/2006, não é observado o princípio da prevenção, com sérios riscos para a segurança dos transportados.

Sabemos que V. Exas. têm conhecimento desta situação, bem como da sua gravidade, não obstante, nove meses depois do início do ano lectivo nada fizeram para a resolver.

A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, estabelece o quadro de atribuições e competências das autarquias locais, relativamente à educação, em especial no art. 19º. Nos termos do n.º 3, alínea a), do mesmo artigo, compete aos órgãos municipais assegurar os transportes escolares e a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 1 de Janeiro, prevê na alínea m) do n.º 1, do art. 64º que compete às Câmaras Municipais organizar e gerir os transportes escolares.

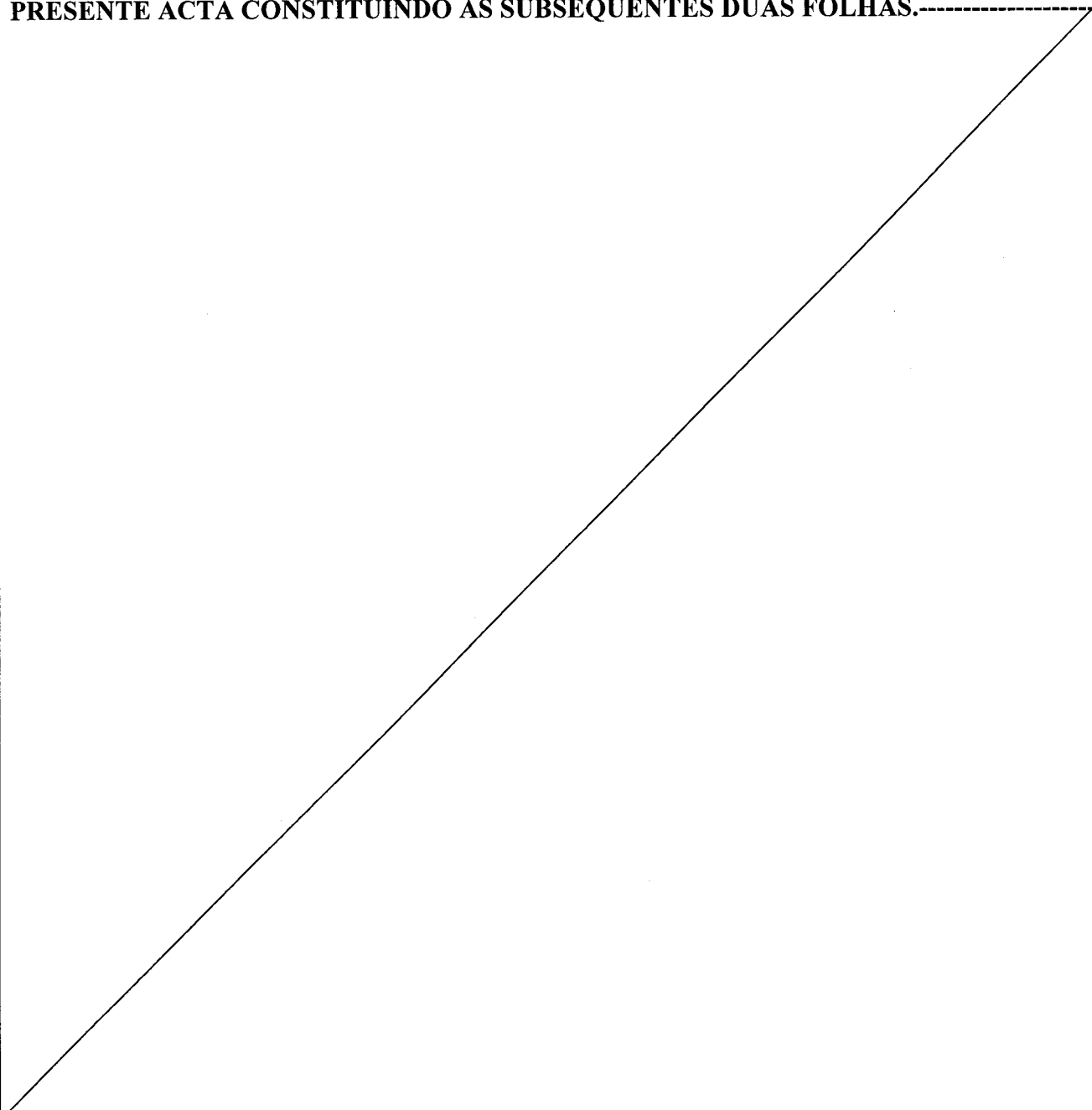
Face ao exposto, os vereadores enquanto eleitos nas listas do PSD, recomendam a V. Exas que este assunto seja urgentemente resolvido e que, na planificação dos transportes escolares para o próximo ano lectivo, se tenha em conta a relação entre o nº de alunos e nº de lugares necessários ao seu transporte, em todos os percursos, por forma a garantir as melhores condições de conforto e de segurança.


José Luiz



[Handwritten signature]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

11

[Handwritten signature]
[Handwritten number 12]

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2/JUNHO/2010 – ACTA Nº 14

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (19/05/2010)
- 2 – Proposta de Adesão à associação denominada “ADEPORTO – Agência de Energia do Porto”
- 3 – Aquisição de terrenos destinados à execução do projecto denominado “PRU – Percurso das Margens do Ave – Renaturalização e Requalificação da frente de Rio em Santo Tirso – Resolução de Expropriar as parcelas em falta
- 4 – Aquisição de terrenos destinados à execução da obra denominada “EN 105 – Remodelação do Nó da Variante de Santo Tirso (Ponte de Frádegas)”: Parcela 5, propriedade da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso
- 5 – Aquisição de terrenos necessários à execução da obra denominada “Arruamento de ligação do cemitério de Vilarinho a Paradela – 1ª fase”: Parcelas 1B e 1C
- 6 – Requerimento da sociedade Granitirso – Mármore e Granitos de Santo Tirso Lda: Compra do lote n.º 2 do Loteamento Industrial Municipal: Pedido de alteração do comprador do lote
- 7 – Constituição de uma Servidão Administrativa de Aqueduto Público Subterrâneo no âmbito da empreitada de “Remodelação e Ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais no Vale do Ave – Rede de drenagem de águas residuais às freguesias de Areias, Lama, Palmeira e Sequeirô” – Parcela 1
- 8 – Contrato de Financiamento celebrado entre o Município de Santo Tirso e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) para financiamento da operação designada “Eliminação de Pontos Negros de Sinistralidade – Santo Tirso”: Ratificação



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

12

9 - Contrato de Financiamento celebrado entre o Município de Santo Tirso e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) para financiamento da operação designada “Certificação de Qualidade dos Serviços Públicos Municipais”: Ratificação

10 – Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 28 de Maio de 2010

! O Presidente,



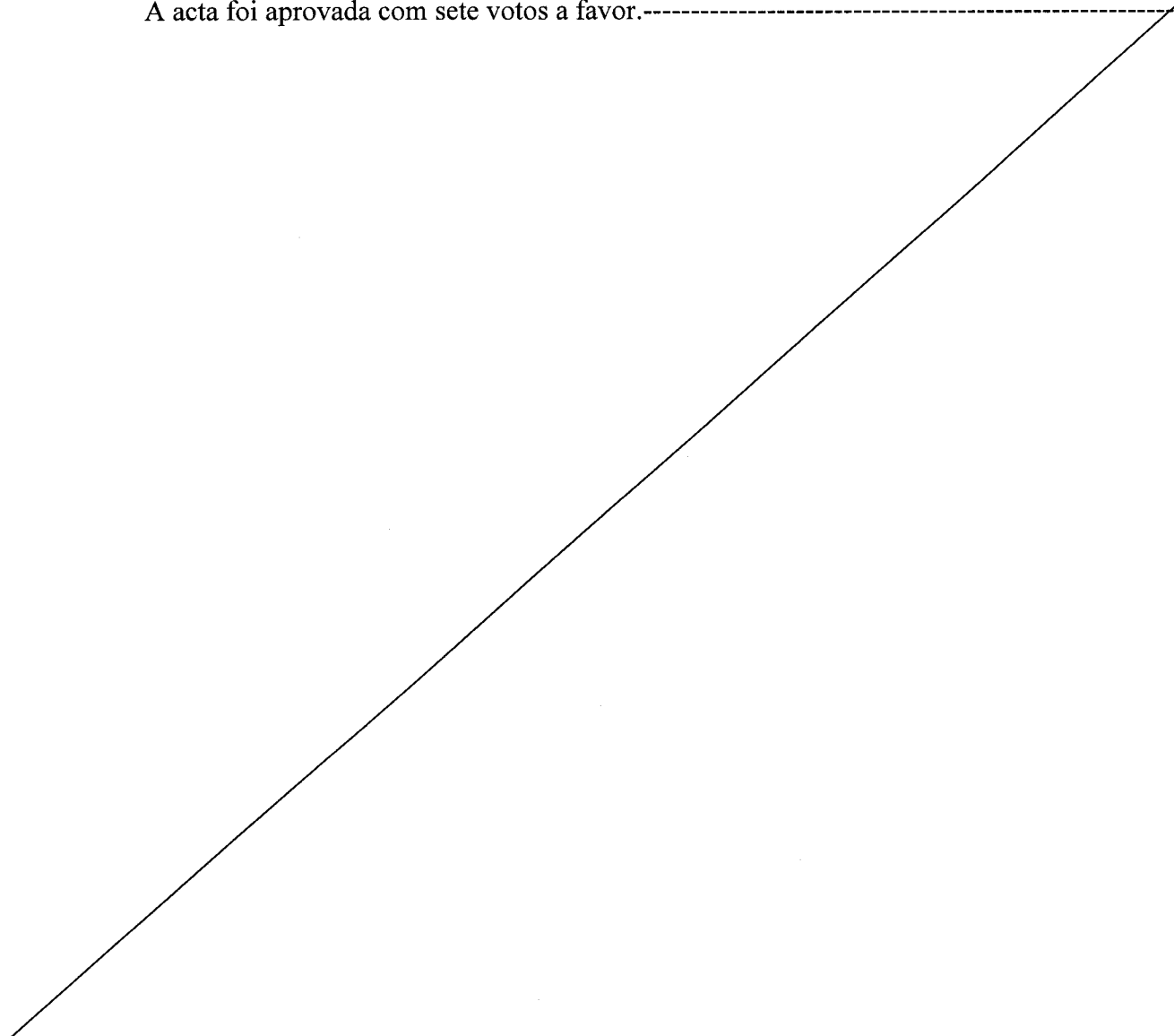
[Handwritten signature]
13

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (19/05/2010).-----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia dezanove do corrente mês de Maio, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Vice-Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----





[Handwritten signature]
13

2. PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DENOMINADA “ADEPORTO – AGÊNCIA DE ENERGIA DO PORTO”.-----

Presente informação de treze do corrente mês de Maio, da Divisão de Desenvolvimento Económico, registada no Sistema de Gestão Documental com o número Doc_4591/2010, a apresentar as vantagens da adesão do Município de Santo Tirso à associação designada “AdEPorto - Agência de Energia do Porto”.-----

Do expediente consta ainda informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de dezanove do corrente mês de Maio, registada com o número seis mil quinhentos e cinquenta e três.---

Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

A AdEPorto - Agência de Energia do Porto, constituída por escritura pública celebrada no Notariado Privativo da Câmara Municipal do Porto, no dia um de Março de dois mil e sete, é uma associação sem fins lucrativos que tem por objecto:-----

- a) A utilização racional da energia, nomeadamente através do planeamento e gestão da procura de energia,-----
- b) A eficiência energética;-----
- c) A gestão ambiental na interface com a energia;-----
- d) O melhor aproveitamento dos recursos energéticos;-----
- e) O alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável.-----

Integram a referida Agência, além de um amplo leque de instituições públicas e privadas ligadas à gestão autárquica e à prestação de serviços de energia, associações profissionais e empresariais, bem como instituições do sistema científico e de interface Universidade - empresa.-----

A AdEPorto pretende, através de parcerias oportunas, apoiar e dinamizar a transição para sistemas de energia mais sustentáveis, disseminando boas práticas de gestão, providenciando informação orientadora e oferecendo uma gama de serviços baseada nas necessidades locais.-----



Em termos gerais, o objectivo desta associação é contribuir para a qualidade de vida dos cidadãos, pela intervenção cuidada na energia.-----

Não obstante a referida associação desenvolver investimentos de carácter imaterial, os mesmos afiguram-se como determinantes no processo de desenvolvimento e de qualidade de vida de um país ou de uma cidade, por promoverem um maior consenso em torno do necessário equilíbrio entre a produção e consumo de energia, por um lado, e a defesa do meio ambiente, por outro.-----

A AdEPorto adoptará, assim, um papel indutor e de suporte técnico de novas práticas no tecido urbano, conducentes a uma maior eficiência energética dos edifícios e dos transportes, para além das demais actividades produtivas.-----

Considerando as vantagens que podem resultar para o Município de Santo Tirso, pelo facto do mesmo constituir um município associado, enunciadas na referida informação técnica da Divisão de Desenvolvimento Económico, cujo teor se tem aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----

Considerando que os objectivos a prosseguir pela Agência, focados nas necessidades locais dos seus associados, inserem-se no âmbito das atribuições dos municípios, nos domínios da energia, ambiente e promoção do desenvolvimento, de acordo com o disposto na Lei nº159/99, de 14 de Setembro;-----

Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, solicitar à Assembleia Municipal:-----

A) Autorização para o Município de Santo Tirso integrar a associação designada AdEPorto – Agência de Energia do Porto, pessoa colectiva nº 507 886 550, com sede na Rua Gonçalo Cristóvão, nº347, Sala 218, no Município do Porto, nas condições constantes dos respectivos estatutos, que constam do Anexo I da presente acta e que dela são parte integrante, constituído por vinte folhas;-----

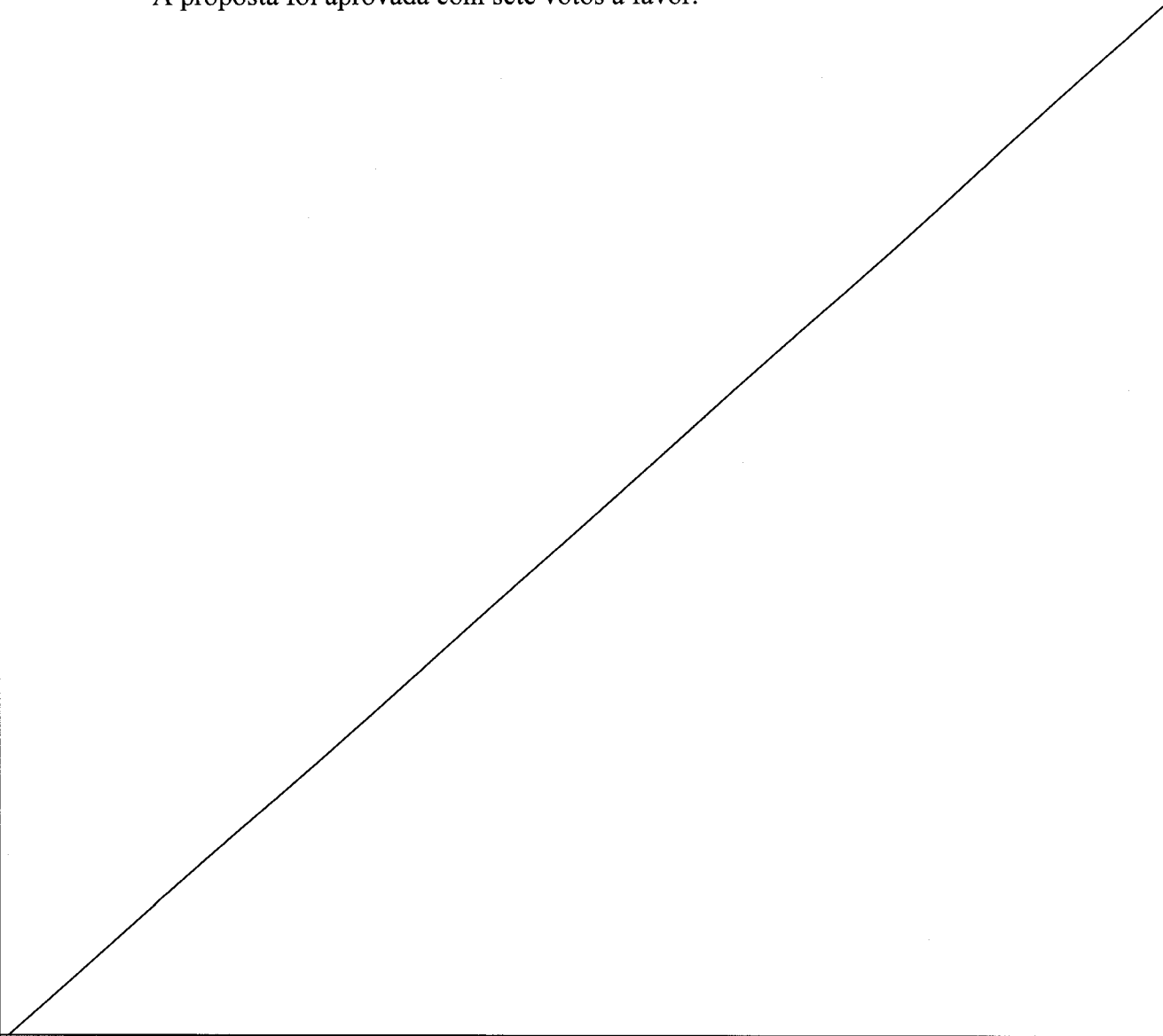
B) Subscrever cinquenta e duas Unidades de Participação do património associativo nominal, no montante de 6.500€ (Seis mil e quinhentos euros), cuja despesa será satisfeita pela



rubrica orçamental com a classificação económica 090702, conforme proposta de cabimento nº 2101/2010, de vinte e sete do corrente mês de Maio;-----

C) Proceder ao pagamento da quota anual, actualmente no montante de 5.200€ (Cinco mil e duzentos euros), despesa que será satisfeita, no corrente ano económico, pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, conforme consta da mesma proposta de cabimento.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





[Handwritten signatures]

3. AQUISIÇÃO DE TERRENOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DO PROJECTO DENOMINADO “PRU – PERCURSO DAS MARGENS DO AVE – RENATURALIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE DE RIO EM SANTO TIRSO – RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR AS PARCELAS EM FALTA.-----

Presente informação de vinte e quatro do corrente mês de Maio, da Directora do Departamento Administrativo, registada com o número seis mil quinhentos e cinquenta, a comunicar o ponto da situação da negociação dos terrenos necessários à execução da obra acima referida.-----

Pelo Senhor Vice - Presidente da Câmara foi proposto que a câmara municipal, ao abrigo do disposto no artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro, e artigo 64º, n.º 7, alínea c) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere requerer ao Ministro competente a declaração de utilidade pública da expropriação, com carácter urgente, das parcelas de terreno a seguir descritas, com a seguinte fundamentação:-----

a) Da causa de utilidade pública a prosseguir e da norma habilitante:

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2003, de 31 de Julho, publicada no Diário da República, I Série – B, de vinte e oito de Agosto de dois mil e três, foi ratificado o Plano de Urbanização das Margens do Ave, no qual se prevê, na zona de intervenção, “Espaços de Natureza e Cultura”, que pretende assegurar, entre outras funções, as condições para o uso de espaços adequados ao recreio e lazer da população, prevendo-se a possibilidade de nesses Espaços serem construídas obras de apoio às actividades de recreio e de lazer, tais como percursos pedonais;-----

A obra acima referida desenvolve-se numa área inscrita no âmbito daquele Plano de Urbanização, sendo o objectivo principal do projecto a Renaturalização e Requalificação da frente de Rio.-----

Pretende-se criar uma sequência lógica de percurso pedonal, valorizando o património histórico (Mosteiro de S. Bento, Passeio dos Frades, Ponte sobre o Rio Ave) e natural (Rio Ave, açude, terrenos da Escola Agrícola, galeria ripícola), criando o suporte físico para uma cidade que



[Handwritten signature and initials]

tem agora um espaço verde de grandes dimensões à sua disposição, o Parque Urbano da Rabada.-----

A intervenção inclui a realização das seguintes obras:-----

- Renaturalização e Arranjos Paisagísticos da área envolvente;-----
- Rua do Rio Ave (troço de arruamento ligando a zona de intervenção com a ponte sobre o Rio Ave, incluindo um parque de estacionamento e árvores de enquadramento);-----
- Plataforma Pedonal elevada com deck entre o estacionamento e a curva do Rio Ave a montante do açude;-----
- Passeios e Ponte Pedonal ligando a Plataforma (praça) ao Parque da Rabada.-----

O município tem, entre outras, atribuições nas áreas do Equipamento rural e urbano, Transportes e comunicações, Património, Tempos livres e desporto, podendo, nessas áreas, realizar investimentos nos domínios dos espaços verdes, ruas e arruamentos, estruturas de apoio aos transportes rodoviários, acções de protecção do património cultural e paisagístico e instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal;-----

A relação que a população de Santo Tirso estabelece com o Rio não se fundamenta no desenvolvimento de actividades urbanas, mas antes num contacto muito vocacionado para o lazer, aproveitando o contacto refrescante que o Rio possibilita.-----

Assim, dando satisfação aos anseios e necessidades da população, nesta obra destaca-se o Passeio Pedonal, localizado na margem Norte do Rio entre o Caminho de Ferro e o Rio, que percorre toda a extensão que medeia entre o Mosteiro de São Bento e o Parque da Rabada, constituindo acesso pedonal alternativo a este parque a partir da cidade. Na extremidade sul deste passeio, aproveitando a plataforma natural que se estabelece no intradorso da curva do Rio prevê-se a implantação de alguns equipamentos, usufruindo no presente, do contacto visual com o Rio. Neste passeio a componente verde será expressiva, quer pela recuperação da vegetação ribeirinha, quer pela criação de áreas ajardinadas com funções de enquadramento.-----

A plantação de cortinas arbóreas para ensombramento permitirá também aumentar o interesse estético e cénico deste percurso.-----



b) Os bens a expropriar, os proprietários, e demais interessados conhecidos:

Para execução da empreitada acima referida, cuja decisão de contratar e respectivo projecto foi aprovada por deliberação da câmara municipal de vinte e quatro de Fevereiro último (item doze da respectiva acta), e com respeito pelo principio da necessidade previsto na primeira parte do n.º 1 do artigo 3º do referido Código das Expropriações, são necessárias oito parcelas de terreno, indicadas na Planta de Cadastro Geral que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma;-----

Daquelas oito parcelas de terreno foram já adquiridas pela via do direito privado as parcelas identificadas na referida planta com os números dois, quatro, seis e sete, sendo que em relação às restantes parcelas, apesar das diligências que vêm sendo feitas com vista à sua aquisição pela via do direito privado, as respectivas negociações ainda não se mostraram conclusivas, pelo que é urgente tomar a Resolução de Expropriar e requerer a respectiva declaração da utilidade pública da expropriação, com carácter urgente, sob pena de se comprometer o início atempado da obra, cujo procedimento de concurso está já em fase da análise das propostas apresentadas pelos concorrentes, sendo que a obra é comparticipada pela ON-2, conforme Protocolo de Financiamento ratificado pela Câmara Municipal em reunião de quinze de Julho de dois mil e nove (item oito da respectiva acta).---

A aquisição dos terrenos necessários para execução da referida empreitada está prevista no Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de vinte e um de Dezembro último (objectivo - 2.4.6.; classificação económica – 02/07010405; código/ano/número do projecto – 20/2006/226)

PARCELAS A EXPROPRIAR:

Parcela 1 – Parcela de terreno com a área de 646 m² (seiscentos e quarenta e seis metros quadrados), sita no Lugar da Estação, freguesia e concelho de Santo Tirso, que é a desanexar da área descoberta do prédio urbano sito no mesmo Lugar e Freguesia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 1535 (mil quinhentos e trinta e cinco), e inscrito na matriz



[Handwritten signature and initials]

predial respectiva sob o artigo 2396 (dois mil trezentos e noventa e seis), a confrontar de Norte com a via pública e caminho de ferro, de Poente com o Rio Ave, de Norte com o Próprio (parte sobrando do prédio) e de Sul com a via pública, que é **propriedade da sociedade FXT – Fabrico e Acabamento de Meias Lda**, com sede na Rua Manuel Costa Faria, nº 84, freguesia da Lama, concelho de Santo Tirso, pessoa colectiva número 503 161 985, delimitada na planta anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante (Anexo III).-----

Parcela 3 – Parcela de terreno com a área de 795 m² (setecentos e noventa e cinco metros quadrados), sita no Lugar da Rabada, freguesia de Burgães, concelho de Santo Tirso, que é a desanexar de um prédio de maiores dimensões, composto por terreno agrícola, com vinha, onde existe também um prédio destinado a habitação e anexos de apoio à exploração agrícola, sendo desconhecidos quer o número da descrição na Conservatória do Registo Predial, quer o número da inscrição na matriz predial, a confrontar de Norte com caminho público, de Nascente com caminho público e próprio (parte sobrando do prédio), de Sul com terrenos da AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave e próprio (parte sobrando do prédio) e de Poente com próprio (parte sobrando do prédio), que é **propriedade da herança aberta por óbito de Francisco Barroso Maia**, residente que foi na Rua de Portos, n.º 349, freguesia de Burgães, deste concelho, desconhecendo-se a identidade e residência quer do respectivo cabeça de casal, quer de todos os herdeiros, sendo apenas do conhecimento desta câmara que é tido como herdeiro do identificado Francisco Barroso Maia o senhor Carlos Manuel Lima Maia, residente na Rua do Castelinho, da referida freguesia de Burgães.--

A referida parcela está delimitada na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais (Anexo IV).-----

Parcela 5 – Parcela de terreno com a área de 130 m² (cento e trinta metros quadrados), sita no Lugar de Além-Rio, freguesia e concelho de Santo Tirso, **que é parte sobrando dos terrenos que foram expropriados pela REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.**, com sede na Estação de Santa Apolónia, Freguesia de Santa Engrácia, concelho de Lisboa, pessoa colectiva número 503 933



2/13

813, para execução da obra denominada “Linha de Guimarães – Remodelação do Troço Santo Tirso – Lordelo”, cuja declaração da utilidade pública da expropriação foi proferida por despacho do senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes de 19 de Abril de 2001, publicado no Diário da República, II série, nº 125, de 30 de Maio do mesmo ano (despacho 11 428/2001).-----

A parcela de terreno em causa confronta de Norte com terrenos do município de Santo Tirso, de Sul com Rio Ave e terrenos do município de Santo Tirso, de Nascente com Rio Ave e terrenos do município de Santo Tirso e do Poente com a REFER, terrenos do município de Santo Tirso e Juncal – Exploração Agro-Pecuária Lda.-----

Com a referida expropriação a parcela foi integrada no domínio público do Estado, de harmonia com o previsto no Decreto-Lei 477/80, de 15 de Outubro, sendo gerida pela **REFER – Rede Ferroviária Nacional EP**.-----

Pretende-se a afectação daquela parcela de terreno a outra finalidade de utilidade pública, de harmonia com o previsto no artigo 6º do Código das Expropriações.-----

Esta parcela de terreno está delimitada na planta anexa à presente acta e que dela faz parte integrante, constituindo o Anexo V da mesma.-----

Parcela 8 – Parcela de terreno com a área de 618 m² (seiscentos e dezoito metros quadrados), sita no Lugar da Rabada, freguesia de Burgães, concelho de Santo Tirso, que é a desanexar de um prédio rústico de maiores dimensões, composto por terreno agrícola, sendo desconhecidos quer o número da descrição na Conservatória do Registo Predial, quer o número da inscrição na matriz predial, a confrontar de Norte com herdeiros de Francisco Barroso Maia e próprio (parte sobrança do prédio), de Sul com Rio Ave e próprio (parte sobrança do prédio) e de Nascente e Poente com o próprio (parte sobrança do prédio), que é **propriedade da AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave**, pessoa colectiva número 502 622 482, com sede na Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº 1, da cidade de Guimarães.-----

A parcela de terreno está delimitada na planta que se anexa à presente acta e que dela fica



[Handwritten signature]
[Handwritten number 12]

a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VI da mesma.-----

c) A previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação:

De harmonia com os relatórios de avaliação efectuados por perito da lista oficial, juntos ao respectivo processo, os encargos prováveis com a aquisição das parcelas de terreno atrás descritas são no montante global de 37.807,00 € (trinta e sete mil oitocentos e sete euros), resultante dos seguintes valores parciais prováveis:-----

- Parcela 1 – 14.535,00 € (catorze mil quinhentos e trinta e cinco euros);-----
- Parcela 3 – 16.735,00 € (dezasseis mil setecentos e trinta e cinco euros);-----
- Parcela 5 – 975,00 € (novecentos e setenta e cinco euros);-----
- Parcela 8 – 5.562,00 € (cinco mil quinhentos e sessenta e dois euros).-----

As despesas prováveis com a aquisição destas parcelas de terreno serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 02/07010405, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento número 2120/2010, de trinta e um de Maio findo.-----

d) O previsto em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização:

As parcelas a expropriar integram-se na área de abrangência do referido Plano de Urbanização das Margens do Ave, delimitada a amarelo na planta anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante (Anexo VII), estando integradas, neste Plano, em zona denominada “Espaço de Natureza e Cultura”, conforme extractos das plantas de Ordenamento e de Zonamento daquele instrumento de Planeamento Urbanístico, que se anexam à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos VIII a XI.-----

As parcelas, de acordo com o Plano Director Municipal em vigor, localizam-se em zona de:-----

Parcela 1 – Reserva Ecológica Nacional, sendo que a envolvente próxima se situa parte em zona de construção tipo I, parte na Reserva Ecológica Nacional e parte na Reserva Agrícola



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Nacional, conforme extractos das plantas de Condicionantes e de Ordenamento do P.D.M. anexas à presente acta e que dela ficam a fazer parte integrantes (Anexos XII e XIII).-----

Parcela 3 – Quer a parcela, quer a envolvente próxima, localiza-se na Reserva Agrícola Nacional, conforme extractos das plantas de Condicionantes e de Ordenamento do P.D.M. anexas à presente acta e que dela ficam a fazer parte integrantes (Anexos XIV e XV).-----

Parcela 5 – Reserva Ecológica Nacional, sendo que a envolvente próxima se situa parte em zona de construção tipo I, parte na Reserva Ecológica Nacional e parte na Reserva Agrícola Nacional, conforme extractos das plantas de Condicionantes e de Ordenamento do P.D.M. anexas à presente acta e que dela ficam a fazer parte integrantes (Anexos XVI e XVII).-----

Parcela 8 – Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, sendo que a envolvente próxima se situa na Reserva Agrícola Nacional, conforme extractos das plantas de Condicionantes e de Ordenamento do P.D.M. anexas à presente acta e que dela ficam a fazer parte integrantes (Anexos XVIII e XIX).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Pelos Senhores edis eleitos, inscritos na lista do Partido Social Democrata, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata entendem votar favoravelmente esta proposta por estar em causa o interesse público e a celeridade de uma obra com importância para o concelho de Santo Tirso, no entanto entendem que devem ser esgotadas todas as formas de negociação, como aliás foi referido pelo Senhor Presidente em exercício, por forma a mitigar a litigância”.-----

[A large diagonal line is drawn across the bottom of the page, likely indicating the end of the document or a signature line.]



4. AQUISIÇÃO DE TERRENOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DO PROJECTO DENOMINADO “EN 105 – REMODELAÇÃO DO NÓ DA VARIANTE DE SANTO TIRSO (PONTE DE FRÁDEGAS)”: PARCELAS 5 PROPRIEDADE DA IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO.-----

Presente informação de vinte e seis do corrente mês de Maio, da Directora do Departamento Administrativo, registada com o número seis mil quinhentos e trinta e nove, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com a proprietária da parcela identificada na planta parcelar do projecto relativo à obra acima identificada com o número cinco.-----

Pelo Senhor Vice-Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Por deliberação da câmara municipal de vinte e quatro de Fevereiro último foi tomada a Resolução de Expropriar os terrenos necessários à execução da obra acima identificada;-----

Entretanto, em cumprimento do disposto no artigo 11º do Código das Expropriações, tentou-se a aquisição dos terrenos pela via do direito privado;-----

Considerando as vantagens inerentes para o interesse público na aquisição dos terrenos pela via do direito privado, quer em termos de celeridade processual, quer no que se refere à economia de custos administrativos com o processo de expropriação;-----

Considerando que a execução daquela obra já está prevista no Plano de Investimentos da EP – Estradas de Portugal, S.A., que pretende lançar a obra a concurso ainda no primeiro semestre deste ano;-----

Considerando que a Irmandade e Santa Casa da Misericórdia aceitou o preço que lhe foi proposto pelo ofício número quatro mil duzentos e vinte e dois, de quatro de Março último;-----

Proponho que a Câmara delibere adquirir a parcela de terreno abaixo descrita, pelo preço de 4.550,00 € (quatro mil quinhentos e cinquenta euros), sendo responsabilidade da respectiva proprietária mandar abater a árvore existente na área de intervenção, ficando com a madeira resultante da mesma.-----

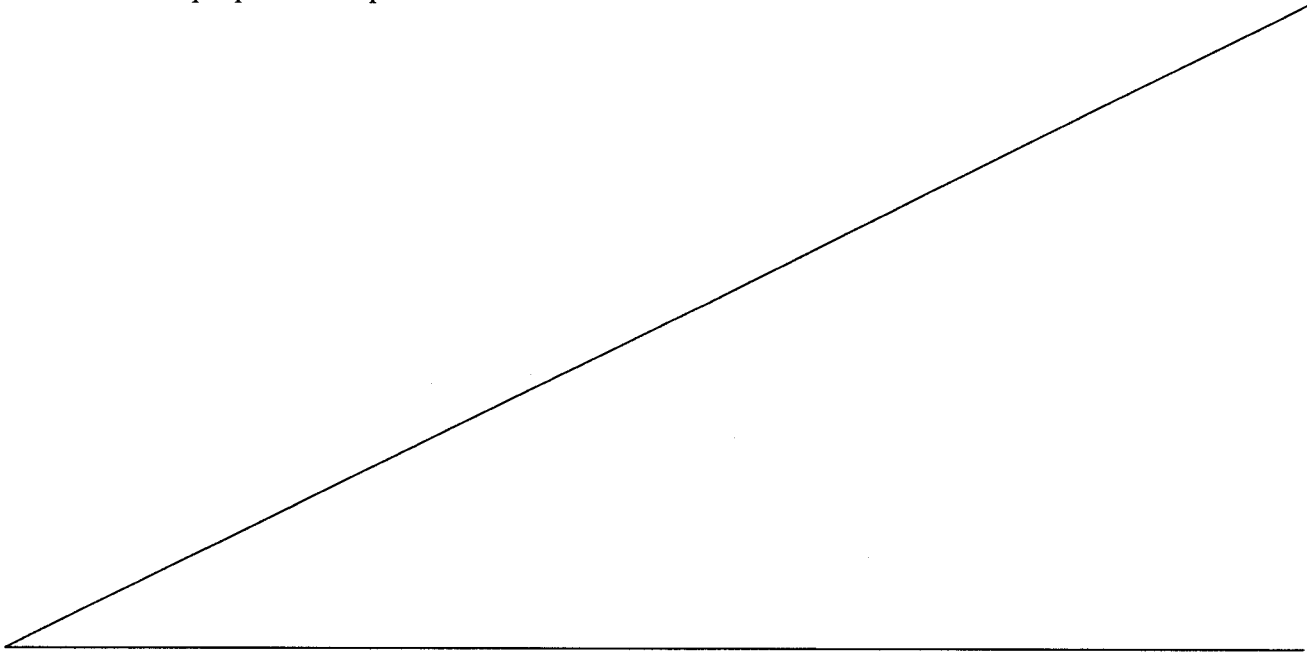


PARCELA A ADQUIRIR:

Parcela de terreno com a área de 260 m², (duzentos e sessenta metros quadrados), sita no Lugar do Mosteiro de Santo Tirso, a confrontar de Norte com Rua do Monsenhor José Gonçalves da Costa e herdeiros de Manuel Pereira de Castro, de Sul e Poente com Rua do Monsenhor José Gonçalves da Costa e do Nascente com o próprio (parte sobrance do prédio), que é a desanexar do prédio misto sito no referido Lugar do Mosteiro de Santo Tirso, da freguesia e concelho de Santo Tirso, denominado por “Quinta de Dentro”, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 4072/20100524 (quatro zero sete dois / dois zero um zero zero cinco dois quatro), sendo a parcela de terreno em causa a desanexar na totalidade da parte rústica do prédio, inscrita na matriz predial rústica sob o artigo 181 (cento e oitenta e um), delimitada na planta anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo XX da mesma.-----

As despesas com a aquisição da referida parcela de terreno serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 070101, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento número 601/2010, de vinte e três de Fevereiro último.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





13

5. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE TERRENOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “ARRUAMENTO DE LIGAÇÃO DO CEMITÉRIO DE VILARINHO A PARADELA – 1ª FASE – PARCELAS 1B E 1C.-----

Presente informação de vinte e sete de Maio findo, da Divisão Jurídica e do Contencioso, registada com o número seis mil quinhentos e quarenta e nove, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com os proprietários das parcelas de terreno identificadas como parcelas 1B e 1C na planta parcelar relativa ao projecto denominado “Arruamento de ligação do cemitério de Vilarinho a Paradela – 1ª fase”.-----

Pelo Senhor Vice-Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A aquisição dos terrenos para execução do projecto denominado “Ligação do cemitério a Paradela – Vilarinho” consta do Plano Plurianual do ano em curso (objectivo – 3.3.1; classificação económica – 02/070101; projecto – 029/2004/04);-----

As condições de aquisição das parcelas de terreno abaixo descritas, constantes da aludida informação, afiguram-se razoáveis;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal delibere adquirir as parcelas de terreno a seguir descritas, pelo valor global de 12.667,00 € (doze mil seiscentos e sessenta e sete euros).-----

As despesas com a aquisição das parcelas de terreno em causa serão suportadas pela rubrica orçamental com a referida classificação económica, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme propostas de cabimento números 891/2010, de 4 de Março último e 2068/2010, de vinte e cinco de Maio findo.-----

Identificação das parcelas de terreno:

Parcela 1B

Parcela de terreno com a área de 127,3 m² (cento e vinte e sete vírgula três metros



[Handwritten signature]
13

quadrados), sita no Lugar do Areal, freguesia de Vilarinho, concelho de Santo Tirso, a desanexar da área descoberta do prédio urbano inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 170 (cento e setenta), não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso, conforme Certidão Negativa emitida pela referida conservatória em vinte e seis de Maio findo, a confrontar de Norte e Nascente com caminho publico e de Sul e Poente com os próprios (parte sobrança do prédio), melhor identificada a cor verde na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo XXI da mesma, à qual se atribui o valor de 2.546,00 € (dois mil quinhentos e quarenta e seis euros).-----

Parcela 1C

Parcela de terreno com a área de 187,30 m² (cento e oitenta e sete vírgula trinta metros quadrados), sita no mesmo lugar do Areal, a desanexar do prédio urbano inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 171 (cento e setenta e um), também não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme consta da mesma Certidão Negativa atrás referida, a confrontar de Norte com caminho público, de Sul e Nascente com os próprios (parte sobrança do prédio) e do Poente com Sociedade Agrícola do Burgo, melhor identificada a cor amarela na mesma planta anexa à presente acta, à qual se atribui o valor de 3.746,00 € (três mil setecentos e quarenta e seis euros).-----

Pela aquisição desta parcela de terreno é paga ainda uma indemnização no montante de 6.375,00 € (seis mil trezentos e setenta e cinco euros) pela demolição do imóvel em ruína existente no prédio e cuja obra implica a sua demolição.-----

Os proprietários das identificadas parcelas de terreno são Maria Elisa de Barbosa Sousa Monteiro, e outros, todos identificados na aludida informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, sendo usufrutuária dos identificados prédios Maria José Salgado, viúva, residente na Viela de Eiró, n.º 136, da dita freguesia de Vilarinho.-----

O valor total a pagar será processado conforme referido no n.º 5 do ponto I da aludida

Reunião : ORDINÁRIA



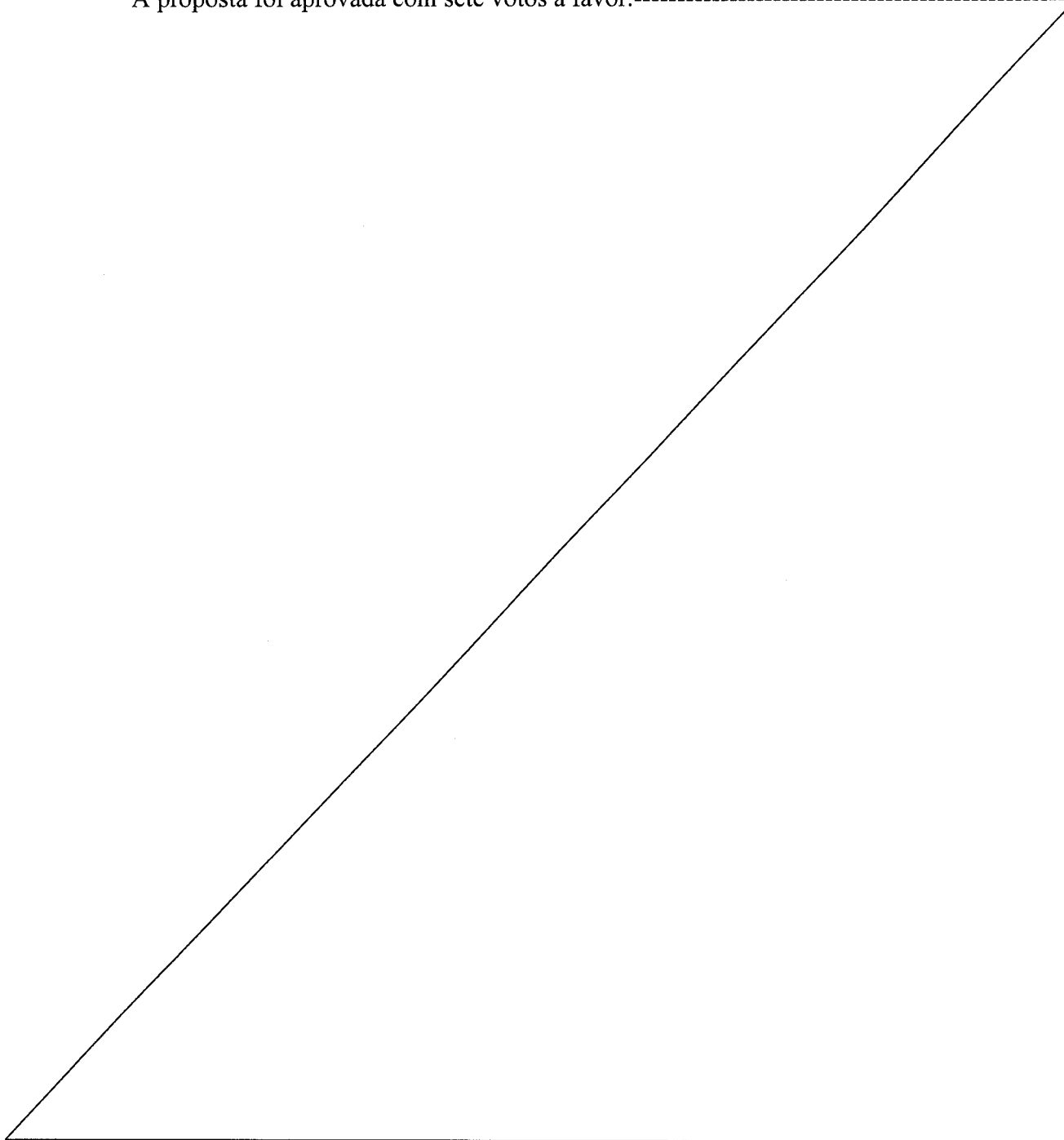
Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 14 Fl.28
02 de Junho de 2010

[Handwritten signature]

informação.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

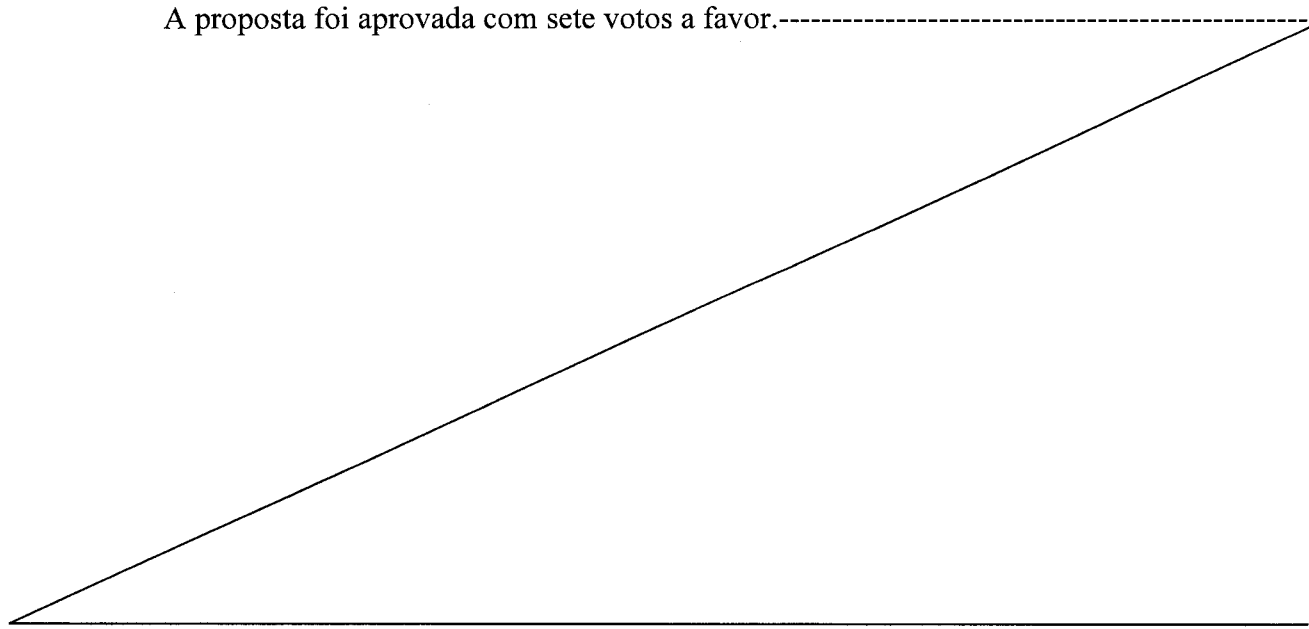
6. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE GRANITIRSO – MÁRMORES E GRANITOS DE SANTO TIRSO LDA: COMPRA DO LOTE N.º 2 DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL MUNICIPAL: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO COMPRADOR DO LOTE.-----

Presente requerimento do sócio gerente da Sociedade Granitirso – Mármore e Granitos de Santo Tirso Lda, José Maria Pinto Rodrigues, registado com o número seis mil quinhentos e dezanove, a solicitar que o lote dois do Loteamento Industrial Municipal seja vendido a José Maria Pinto Rodrigues, contribuinte número 156 843 005, e não à sociedade atrás identificada.-----

O expediente vem informado pela Directora do Departamento Administrativo, conforme informação registada com o número seis mil quinhentos e cinquenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse alterar a deliberação camarária de dezanove de Maio findo, no sentido de que o lote 2 do Loteamento Industrial Municipal é vendido a José Maria Pinto Rodrigues, nos termos da minuta de contrato-promessa de compra e venda que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes três folhas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



MINUTA DE
CONTRATO - PROMESSA DE COMPRA E VENDA

(Lote 2 do Loteamento Industrial Municipal)

Outorgantes:

Primeiro - Engenheiro António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, residente na Rua S. Bento da Batalha, nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e representação do respectivo Município, pessoa colectiva territorial com o número de contribuinte 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

Segundo - José Maria Pinto Rodrigues, contribuinte número 156 843 005, casado em regime de comunhão de adquiridos com Maria de Fátima Barbosa Alves, natural da freguesia da Carreira, concelho de Vila Nova de Famalicão, onde reside na Rua de Santiago, nº 67, portador do Bilhete de Identidade número 3887330, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa em 11 de Fevereiro de 2002.-----

PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI DITO:-----

- Que o município de Santo Tirso, que aqui representa, é proprietário e legítimo possuidor do lote nº 2 do Loteamento Industrial Municipal, com a área de 4.208,00 m2 (quatro mil duzentos e oito metros quadrados), sito no Lugar de Fontiscos, freguesia e concelho de Santo Tirso, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 5338 (cinco mil trezentos e trinta e oito), que é a destacar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 01079/020692 e do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Trofa sob o número 00848/290389 (zero zero oito quatro oito/dois nove zero três oito nove), da freguesia de S. Martinho de Bougado, sendo 2.517,50 m2 (dois mil quinhentos e dezassete vírgula cinquenta metros quadrados) do primeiro prédio e 1.690,50 m2 (mil seiscentos e noventa vírgula cinquenta metros quadrados) do segundo prédio, delimitado na planta que se anexa ao presente contrato e dele fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.-----

- Que, pelo presente contrato, e de harmonia com as deliberações da câmara municipal de Santo Tirso de dezanove de Maio findo e ____ do corrente mês de Junho, promete vender, livre de ónus e encargos, o referido lote ao segundo outorgante, segundo as seguintes condições:-----

Primeira - O preço do referido lote é de **179.766,00 €** (cento e setenta e nove mil setecentos e sessenta e seis euros), que será pago da seguinte forma:-----

a) 60.000,00 € (sessenta mil euros) no acto da assinatura do presente contrato, a título de sinal e princípio de pagamento;-----

b) O restante do preço, no montante **119.766,00 €** (cento e dezanove mil setecentos e sessenta e seis euros) será pago no acto da assinatura do contrato definitivo de compra e venda.-----

Segunda – O contrato definitivo de compra e venda será celebrado logo que o primeiro outorgante avise o segundo, por carta registada expedida com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 10 dias úteis.-----

Terceira - O lote prometido vender destina-se à construção de um edifício destinado à instalação de uma indústria de serragem, corte e acabamento de pedra, para funcionar como sector autónomo da produção da *sociedade Granitirso-Mármore e Granitos de Santo Tirso Lda., pessoa colectiva número 504 174 940, da qual o segundo outorgante é sócio gerente*, que tem instalações no lote nº 18 do mesmo loteamento, -----

Quarta – A construção deverá respeitar o previsto no Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Fontiscos, ratificado pela Portaria 559/93, de 31 de Maio, as especificações do respectivo Loteamento e as demais normas legais e regulamentares em vigor.-----

Quinta - A construção do edifício referido na cláusula terceira deverá ser iniciada no prazo máximo de dois anos a contar da data da celebração do contrato definitivo de compra e venda, sob pena de aplicação da penalidade prevista no nº 17 do Edital aprovado em reunião camarária de vinte e um de Maio de mil novecentos e noventa e dois e homologado em sessão da Assembleia Municipal de um de Julho do mesmo ano (pagamento da quantia mensal de oito mil novecentos e oitenta e oito euros, enquanto durar o incumprimento).-----

Sexta – O prazo previsto na cláusula anterior poderá ser prorrogado por despacho do Presidente da Câmara Municipal, mediante pedido fundamentado do comprador, até ao máximo de um ano.-----

Sétima - O segundo outorgante entra, de imediato, na posse do lote prometido vender, podendo usá-lo para os fins referidos na cláusula Terceira, nomeadamente podendo proceder aos estudos que se mostrem necessários à elaboração do respectivo projecto de construção, requerer, *em seu nome ou da sociedade referida em terceiro*, junto da Câmara Municipal de Santo Tirso licença ou autorização de construção, bem como proceder à respectiva construção.-----

Oitava - Caso o segundo outorgante, devidamente notificado para a celebração do contrato definitivo de compra e venda nos termos da cláusula Segunda, não compareça no dia e hora indicados, nem apresente justificação devidamente fundamentada, será novamente notificado para celebrar o contrato no prazo de trinta dias, mas com um agravamento de três por cento da parte do preço em falta. E assim sucessivamente até um prazo máximo de seis meses.-----

Nona - Não obstante a existência de sinal, o presente contrato fica sujeito ao regime da execução específica.-----

PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO:-----

- Que aceita o presente contrato nos seus precisos termos, e que por sua vez promete comprar o lote atrás identificado e segundo as condições acima estabelecidas-----

Lido e achado conforme, o vão assinar, rubricando a planta anexa.-----

Arquiva-se: Documento emitido pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso em _____, comprovativo do pagamento do IMT devido (documento nº _____).-----

Santo Tirso, ____ de Junho de 2010.-----

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



[Handwritten signature]
[Handwritten number 13]

7. CONSTITUIÇÃO DE UMA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO VALE DO AVE – REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS ÀS FREGUESIAS DE AREIAS, LAMA, PALMEIRA E SEQUEIRÔ”: PARCELA 1.-----

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de vinte e seis de Abril último, registado com o número cinco mil quinhentos e trinta e nove, a remeter deliberação do respectivo Conselho de Administração, de trinta e um de Março último, que deliberou aceitar as condições de negociação enunciadas na informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de dezanove do mesmo mês de Março, anexa à aludida deliberação.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse constituir uma servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, destinada à instalação de um colector de drenagem de águas residuais e respectivas caixas de visita sobre o prédio a seguir identificado a favor do município de Santo Tirso.-----

Parcela 1:

- A servidão incide sobre o prédio urbano sito no lugar da Agra, freguesia da Lama, concelho de Santo Tirso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 35.901 (trinta e cinco mil novecentos e um), inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 283 (duzentos e oitenta e três), que é propriedade de Luis da Costa Soares e mulher Ilidia da Silva Tinoco, residentes na Rua das Oliveiras, n.º 162, da dita freguesia da Lama.-----

A área total da servidão é de 204 m² (duzentos e quatro metros quadrados), numa extensão de 68 (sessenta e oito metros) e com uma largura de 3 m (três metros), sendo 1,5m (metro e meio) para cada lado a contar do eixo do colector, que se encontra delimitada a amarelo na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo o Anexo XXII da mesma.-----

A referida servidão consiste na instalação de um colector de drenagem de águas residuais,

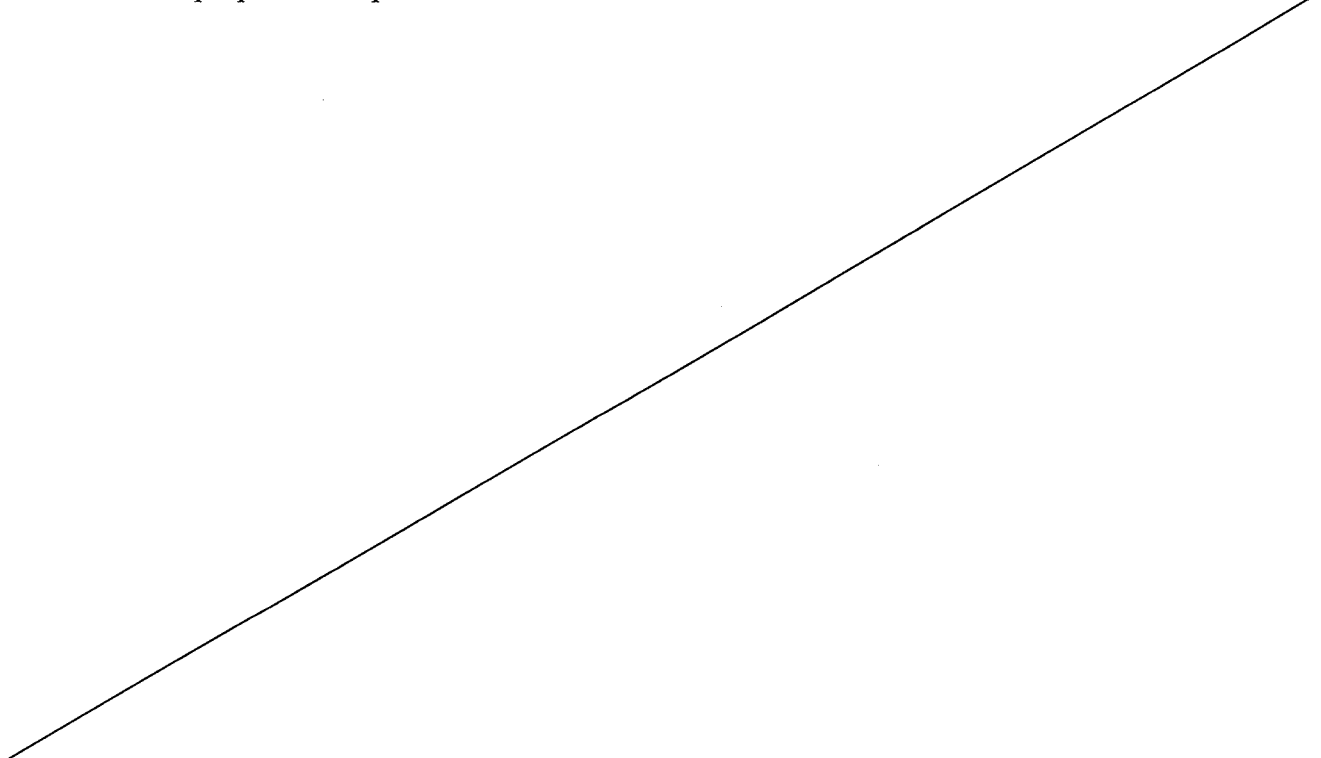


e respectivas caixas de visita, com as seguintes características:-----

- Diâmetro exterior do colector – 20 cm;-----
- Extensão do colector – 68 m;-----
- Profundidade da implantação do colector – variável entre os 1,60m e 2,41m;-----
- N.º de caixas de visita – 2.-----
- A área de inutilização do prédio com a implantação das caixas de visita é de 9m²/caixa.

Os Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, na qualidade de dono da obra em causa, devem executar os trabalhos descritos na aludida informação da Divisão Jurídica e do Contencioso de dezanove de Março findo, e dar integral cumprimento às demais condições de negociação constantes daquela informação, nomeadamente o pagamento da indemnização de 8.183,50 € (oito mil cento e oitenta e três euros e cinquenta cêntimos) referida naquela informação.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





[Handwritten signature]
12

8. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE (ON.2) PARA FINANCIAMENTO DA OPERAÇÃO DESIGNADA “ELIMINAÇÃO DE PONTOS NEGROS DE SINISTRALIDADE – SANTO TIRSO”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício de doze de Maio findo, do Programa Operacional Regional do Norte registado com o número seis mil cento e noventa e três, a remeter o Contrato de Financiamento celebrado no dia trinta de Abril último, que tem por objecto financiar a operação designada por “Eliminação de Pontos Negros de Sinistralidade – Santo Tirso”.-----

O custo elegível da operação é de 1.491.026,74 € (um milhão quatrocentos e noventa e um mil e vinte e seis euros e setenta e quatro centimos), que representa um comparticipação FEDER de 70%, que perfaz 1.043.718,02 € (um milhão e quarenta e três mil setecentos e dezoito euros e dois centimos).-----

A operação em causa inclui os projectos de execução e empreitadas referidas na informação da Divisão de Desenvolvimento Económica de dezanove de Maio findo, registada com o número seis mil quinhentos e sessenta e seis, associada ao referido ofício.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o aludido Contrato de Financiamento, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo XXIII da mesma, composto por oito folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar a decisão de apresentação da respectiva candidatura, bem como o aludido Contrato de Financiamento.-----

[A large diagonal line is drawn across the bottom of the page, likely indicating the end of the document or a signature line.]



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

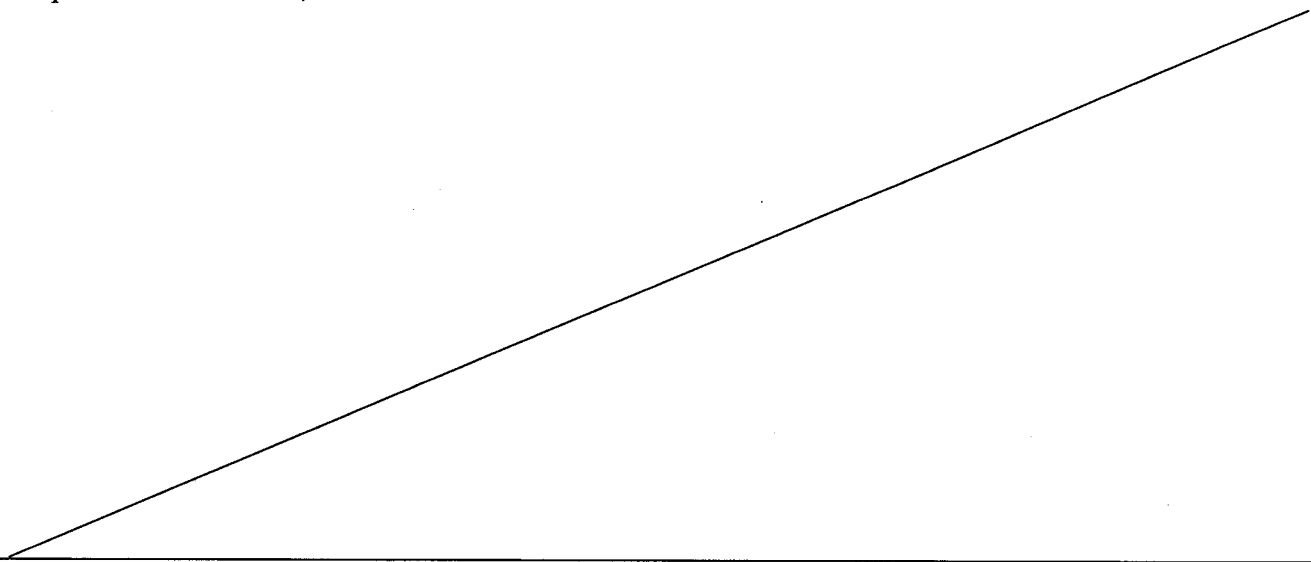
9. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE (ON.2) PARA FINANCIAMENTO DA OPERAÇÃO DESIGNADA “CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício de doze de Maio findo, do Programa Operacional Regional do Norte registado com o número seis mil cento e noventa e três, a remeter o Contrato de Financiamento celebrado no dia trinta de Abril último, que tem por objecto financiar a operação designada por “Certificação de Qualidade dos Serviços Públicos Municipais”.-----

O custo elegível da operação é de 87.961,86 € (oitenta e sete mil novecentos e sessenta e um euros e oitenta e seis cêntimos), que representa um comparticipação FEDER de 60%, que perfaz 52.777,12 € (cinquenta e dois mil setecentos e setenta e sete euros e doze cêntimos).-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o aludido Contrato de Financiamento, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo XXIV da mesma, composto por oito folhas.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar a decisão de apresentação da respectiva candidatura, bem como o aludido Contrato de Financiamento.-----





[Handwritten signature]
12

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

10. OUTROS SUBSÍDIOS.-----

A) À ASSOCIAÇÃO DEMOPORTO – CLUBE DE DESPORTOS
MOTORIZADOS DO PORTO – Apoio ao “Rallye Santo Thyrsó ConVida”-----

Presente ofício de dezanove de Maio findo, da Associação acima identificada, a solicitar o apoio da Câmara Municipal para a realização da prova automobilística denominada “Rallye Santo Thyrsó ConVida”, a realizar nos próximos dias 18 e 19 de Junho.-----

Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

A Associação acima referida, propôs-se realizar no concelho de Santo Tirso uma prova automobilística de rally, denominada “Rallye Santo Thyrsó ConVida”;-----

A modalidade desportiva em causa tem elevados índices de receptividade na população do Concelho, esperando-se que a mesma cative a atenção da população, não só do concelho, mas também da região, concentrando assim na cidade e concelho muitas centenas de pessoas e, com isso, dinamizando o comércio e turismo local;-----

A presença da comunicação social é um momento único e ímpar para fazer divulgar e dar a conhecer o nome de Santo Tirso e os eventos relacionados com esta cidade e o concelho;-----

A prova utiliza na sua designação a denominação da cidade e a marca registada “Santo Tirso conVida”, pelo que a identificação entre aquela prova e a divulgação do nome de Santo Tirso é manifesta;-----

Propomos assim que a Câmara Municipal de Santo Tirso patrocine e se associe à referida prova de forma a divulgar o nome de Santo Tirso e as mais diversas actividades concelhias, como sejam o Museu Internacional de Esculturas ao Ar Livre, os seus Monumentos e outros locais de interesse turístico;-----

Cabe nas atribuições do município apoiar actividades desportivas de interesse municipal;

As despesas inerentes serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2050/2010, de



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

vinte e cinco de Maio.-----

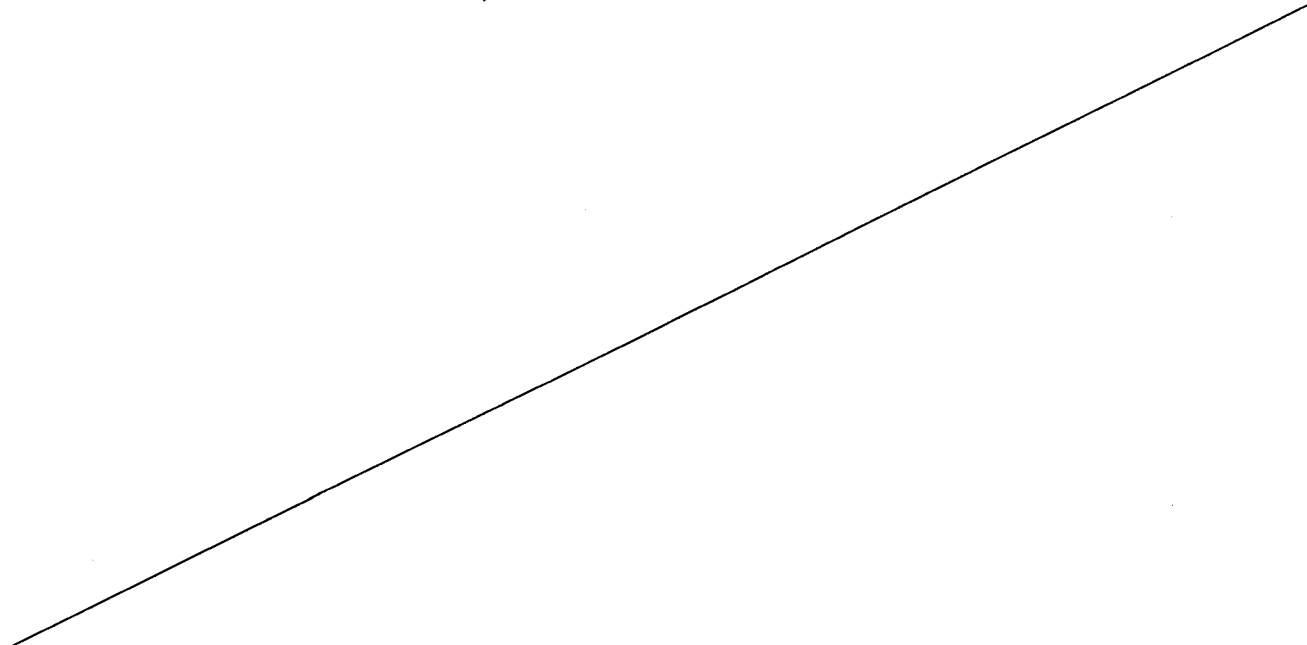
Face ao exposto, proponho que a Câmara delibere patrocinar aquela prova desportiva, mediante a atribuição de um subsídio à Associação DEMOPORTO – Clube de Desportos Motorizados do Porto no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

Pelos Senhores edis eleitos, inscritos na lista do Partido Social Democrata, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores do Partido Social Democrata, obviamente não poderiam deixar de votar favoravelmente esta proposta por tudo o que foi referido pelo Senhor Presidente em exercício, no entanto, era desejável que este evento nos próximos anos fosse organizado por entidades que em Santo Tirso têm esta competência, mais concretamente o CAST que, como é público, já o organiza num outro concelho”.-----

Depois da votação do presente item, ausentou-se da reunião a Senhora Vereadora inscrita na lista do Partido Social Democrata, Dra. Mafalda Sofia Roriz de Oliveira Brás.-----





[Handwritten signature]
[Handwritten number 13]

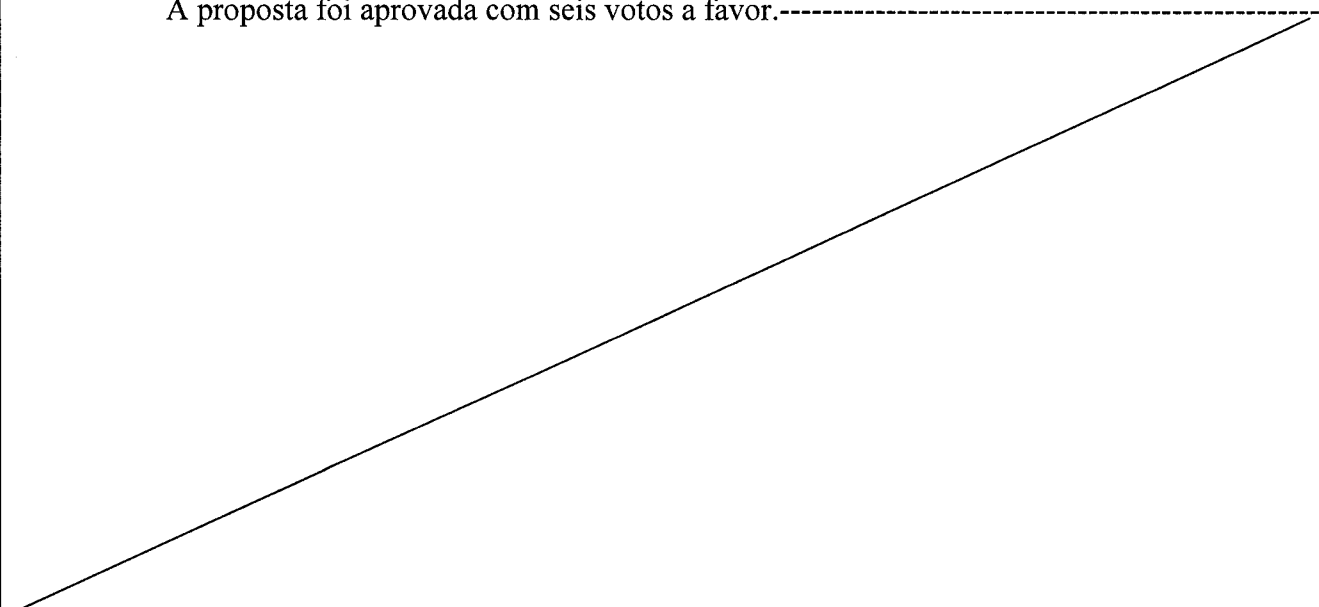
10. B) À FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGRELA.-----

Presente ofício da comissão representativa da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Agrela, de quatro de Maio findo, registado com o número seis mil seiscentos e setenta, a solicitar a atribuição de um subsidio à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Agrela, para ajudar a custear as despesas com a execução de um busto do reverendo Padre Damião Olindo Neves Basto, que irá ser colocado na Paróquia da Agrela, em homenagem a prestar ao identificado padre, pelos seus quarenta anos de vida paroquial naquela Paróquia, homenagem essa a realizar no próximo dia onze de Julho.

As despesas com a execução do referido busto estão orçamentadas no valor de 5.200,00 € (cinco mil e duzentos euros).

O Senhor Vice-Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Agrela um subsidio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), que será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento n.º 2159/2010, de dois do corrente mês de Junho.

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.

-----



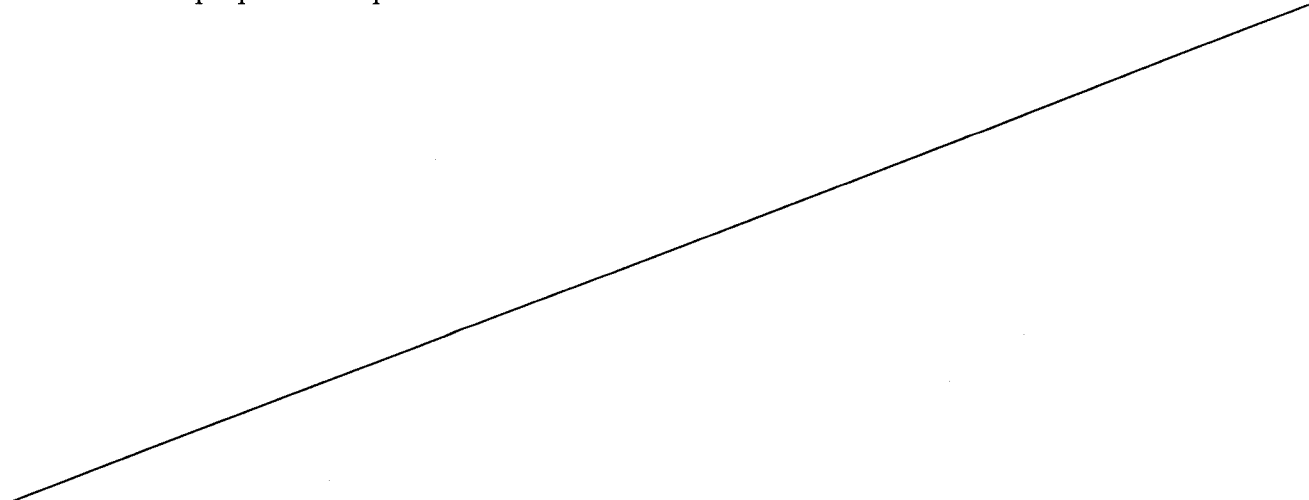
10. C) JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES: Drenagem de Águas do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais da Cobertura da Escola de Quintão n.º 1 e Beneficiação de Anexo, freguesia de Rebordões.-----

Presente informação da Divisão de Edifícios de vinte e oito de Maio findo, registado com o número seis mil setecentos e dezanove, a informar sobre os trabalhos que se mostram necessários para realização da referida empreitada. Mais informam que a respectiva estimativa orçamental é de 17.550,75 € (dezassete mil quinhentos e cinquenta euros e setenta e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Rebordões um subsídio no montante de 17.550,75 € (dezassete mil quinhentos e cinquenta euros e setenta e cinco cêntimos), com IVA incluído, para custear as despesas com a obra de Drenagem de Águas do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais da Cobertura da Escola de Quintão n.º 1 e Beneficiação de Anexo, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

As Despesas com a atribuição deste subsídio serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2158/2010 de dois do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





10. D) JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES: Reformulação da Rede de Drenagem de Águas Pluviais nas Ruas D. Manuel II e D. Pedro V.-----

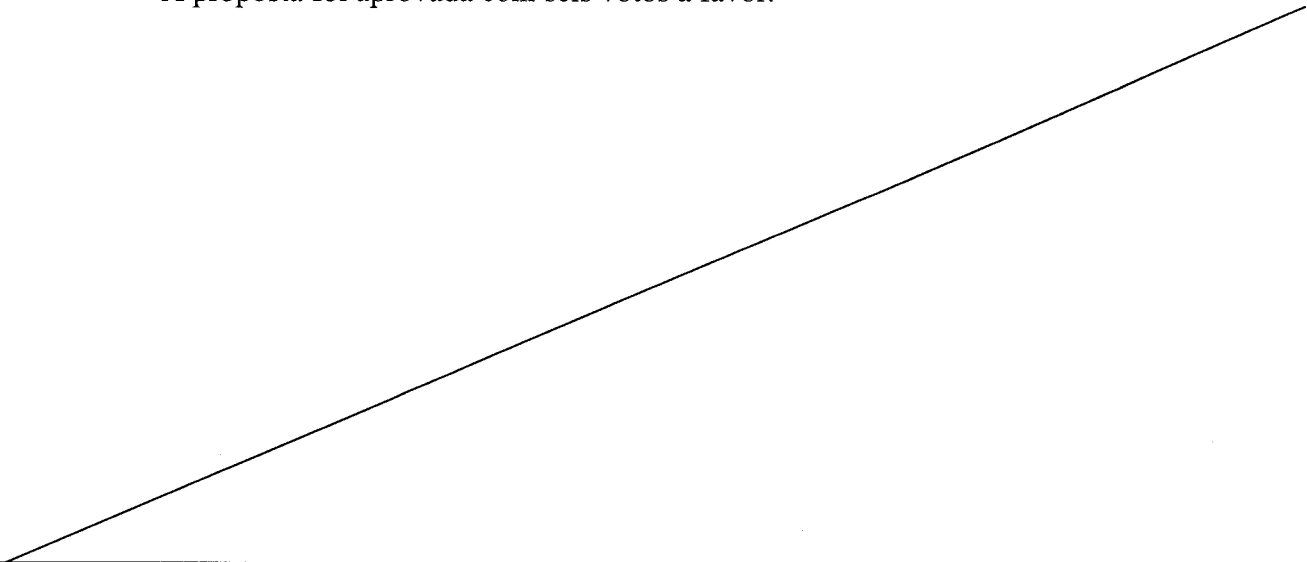
Presente ofício de doze de Janeiro último, da Junta de Freguesia de Rebordões, registado com o número quinhentos e trinta e um, a solicitar apoio da câmara para Reformulação da Rede de Drenagem de Águas Pluviais nas Ruas D. Manuel II e D. Pedro V.-----

A Divisão de Vias elaborou mapa de trabalhos que se mostram necessários para a pavimentação da referida Rua, cuja estimativa orçamental é de 21.541,28 € (vinte e um mil quinhentos e quarenta e um euros e vinte e oito centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Rebordões um subsídio no montante de 21.541,28 € (vinte e um mil quinhentos e quarenta e um euros e vinte e oito centimos), com IVA incluído para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

As Despesas com a atribuição deste subsidio serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102 na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2152/2010 de um do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





10. E) JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES: Reconstrução de muro de suporte na Rua da Indústria.-----

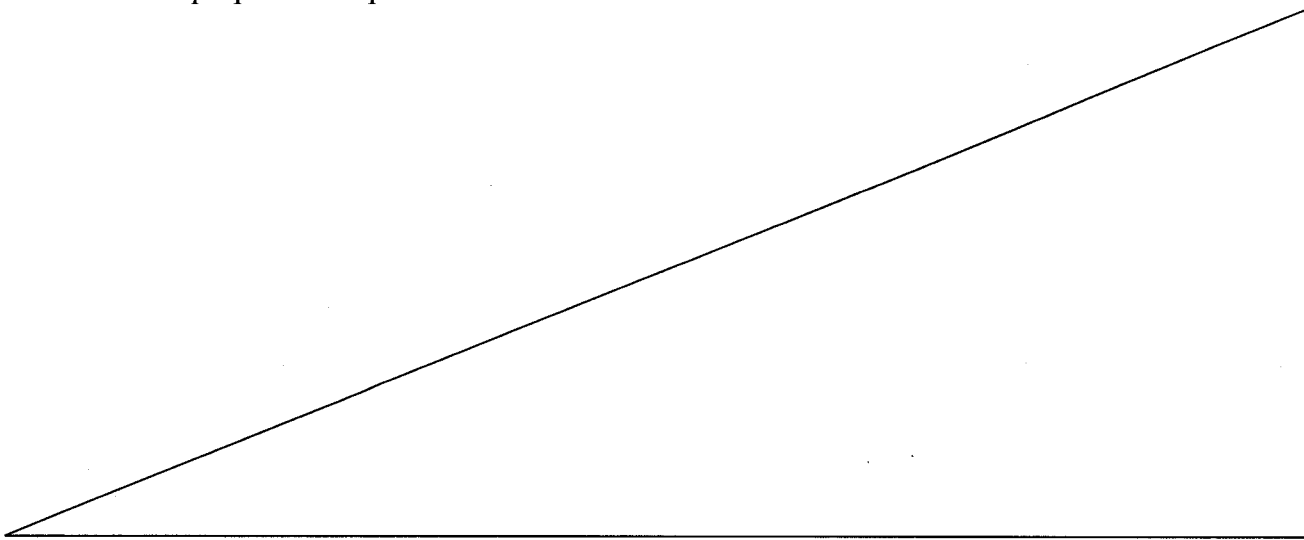
Presente ofício de quatro de Maio findo, da Junta de Freguesia de Rebordões, registado com o número cinco mil oitocentos e trinta e quatro, a solicitar apoio da câmara para execução do muro de suporte na Rua da Indústria.-----

A Divisão de Vias elaborou mapa de medições dos trabalhos que se mostram necessários realizar e informa que a respectiva estimativa orçamental é de 9.881,55 € (nove mil oitocentos e oitenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Rebordões um subsídio no montante de 9.881,55 € (nove mil oitocentos e oitenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos), para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

As Despesas com a atribuição deste subsídio serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2155/2010 de um do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----





[Handwritten signature]
13

10. F) JUNTA DE FREGUESIA DE GUIMAREI: Beneficiação do piso do campo de Futebol de Guimarei.-----

Presente ofício de cinco de Março último, da Junta de Freguesia de Guimarei, registado com o número três mil trezentos e sessenta e sete, a solicitar apoio da câmara para Beneficiação do piso do campo de Futebol de Guimarei.-----

A Divisão de Edifícios elaborou mapa de medições dos trabalhos que se mostram necessários realizar e informa que a respectiva estimativa orçamental é de 23.861,25 € (vinte e três mil oitocentos e sessenta e um euros e vinte e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Guimarei um subsídio no montante de 23.861,25 € (vinte e três mil oitocentos e sessenta e um euros e vinte e cinco cêntimos), com IVA incluído, para custear as despesas com a obra acima referida, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

As Despesas com a atribuição deste subsidio serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2156/2010 de dois do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----

Pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores do Partido Social Democrata entendem votar favoravelmente esta proposta, no entanto, e de forma sistemática, somos confrontados com a necessidade de efectuar intervenções nos pisos dos diferentes campos de futebol sem que, de facto, se faça aí uma verdadeira requalificação, nomeadamente com a colocação de relvado ou piso sintético, esse sim, traria melhor qualidade a todos os níveis para a qualidade da prática desta modalidade desportiva tão popular e tão cara aos tirsenses”.-----



[Handwritten signature]

10. G) JUNTA DE FREGUESIA DE BURGÃES: Atribuição de Subsídio

Presente ofício de dezassete de Fevereiro último, da Junta de Freguesia de Burgães, registado com o número dois mil seiscentos e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros), para a ajudar a custear as despesas com a pavimentação de diversas ruas e aquisição de diverso equipamento para o cemitério paroquial.-----

O Senhor Vice-Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Burgães um subsídio no montante de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros), com IVA incluído, para custear as despesas acima referida.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----

Pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores do Partido Social Democrata entendem votar favoravelmente esta proposta, por considerarem a urgência da Junta de Freguesia em honrar os seus compromissos, apesar de não estarem completamente identificadas as ruas que foram alvo de intervenção para cujos custos se pede este subsídio, ficando, obviamente, na expectativa que na próxima reunião da câmara seja facultada a informação técnica que suporta esta proposta”.-----

Pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a atribuição deste subsídio, porque sabemos que as obras constantes do ofício da Junta de Freguesia se encontram concluídas e que tiveram de ser executadas com carácter e urgência, devido aos problemas causados pelas condições climáticas adversas, que originaram a necessidade dessas intervenções.-----

Para além dos esclarecimentos hoje prestados, oportunamente serão identificadas as ruas objecto de intervenção / beneficiação”.-----



DP
12

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Vice-Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A presente acta foi aprovada em minuta com seis votos a favor.-----



JP
BZ

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Onze horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem quarenta e seis folhas, e vinte e quatro documentos anexos, Anexo I relativo ao item dois composto por vinte folhas, Anexos II a XIX relativos ao item três compostos por uma folha, cada um, Anexo XX relativo ao item quatro composto por uma folha, Anexo XXI relativo ao item cinco, composto por uma folha, Anexo XXII relativo ao item sete, composto por uma folha, Anexo XXIII relativo ao item oito composto por oito e Anexo XXIV relativo ao item nove, também composto por oito folhas, todas rubricadas por mim e pelo Vice-Presidente da Câmara, e estão apenas utilizadas no anverso, que eu *Diana Paula Feneine Salgado* funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Diana Paula Feneine Salgado

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 16 / 6 / 2010 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas ~~dozasseis~~ da respectiva minuta).-----

A Secretária, *Diana Paula Feneine Salgado*